



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 18 DE SETEMBRO DE 2005

DIREITO ADMINISTRATIVO

01) A "Ambiental do Brasil", associação civil de direito privado e interesse público, organização não governamental, sem fins lucrativos, políticos ou religiosos, de caráter ambientalista e de proteção ao patrimônio público, com duração indeterminada, fundada aos 09 dias do mês de agosto de 2004, sediada na Capital deste Estado, cujo estatuto prevê a defesa de bens e direitos sociais, coletivos e difusos relativos ao meio ambiente e ao patrimônio público, contratou seu escritório profissional de advocacia, munida de laudos técnicos pertinentes, para adoção de medida cabível em face de dano causado ao patrimônio público cultural da Capital do Estado. A "Ambiental do Brasil" assevera que o dano haveria sido causado por empresa privada concessionária de serviço público estadual durante a restauração, prevista na concessão, de obras sacras e de templos religiosos. Diante dessa suposta situação, como advogado(a) da "Ambiental do Brasil", apresente a peça prático-profissional que o caso reclama.

02– O Tribunal de Contas da União pretende aplicar a regra do §2º, inciso I, do art. 21 da Lei nº 8.666/1993 a concurso para provimento de cargo de seus quadros, uma vez que entendeu omissa a Lei nº 8.112/1990 a respeito do prazo a ser observado entre a publicação do respectivo edital e data da realização das provas do concurso. Segundo as disposições legais a respeito da matéria, a pretensão do Tribunal seria pertinente ou não? Fundamente.

03– Em decorrência da existência de ato administrativo lesivo aos bens e direitos de valor econômico da União Federal, por falta de compatibilidade com o disposto em lei, aprovado pelo titular do Ministério da Saúde, determinado cidadão contratou seus serviços advocatícios, munido das certidões e informações pertinentes, com a finalidade de se apurar as responsabilidades do ato inquinado e, especialmente, adotar urgentes medidas



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

tendentes à cessação da lesividade. Quais as medidas e argumentos jurídicos atenderiam ao interesse de seu cliente? Fundamente.

04– Uma empresa comercial (sociedade empresária) procurou seu escritório profissional de advocacia indagando sobre a possibilidade de ser ressarcida pelos serviços que, efetivamente, ela executou durante a vigência de determinado contrato administrativo de empreitada firmado com a Administração Pública Federal. A empresa noticia, porém, que houve flagrante desvio do objeto licitado, com o recebimento de propinas por prepostos daquele ente estatal, o que causou a rescisão do contrato pela Administração Pública Federal. Quais as medidas e argumentos jurídicos atenderiam ao interesse de sua cliente? Fundamente.

BOA PROVA!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 18 DE SETEMBRO DE 2005

DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL

01) João é filho único e separado judicialmente de Dora há menos de um ano e com ela possui dois filhos, um de 13 anos e outro com 15 anos. Em meados de julho do corrente ano, João foi fazer um passeio de veleiro, pelo litoral carioca, embora não tivesse experiência em velejar. Quando estava em alto mar, foi surpreendido por uma forte tempestade e após exaustivas buscas no local e adjacências, o veleiro foi encontrado no fundo do mar, totalmente destruído, mas João não foi encontrado. João não possui dívidas, e é proprietário de um apartamento em que reside e uma casa de praia em Saquarema-RJ, que permanece fechada ao longo do ano e que é usada nas férias da família. Diante dos fatos colocados, os pais de João, Dora, e os dois filhos do casal procuraram um advogado para resolverem a questão patrimonial da família. Na condição do(a) advogado(a) consultado(a), responda de forma fundamentada e citando o(s) dispositivo(s) legal(is) se houver(em), às seguintes questões:

a) Qual a medida judicial mais célere a ser tomada pelos interessados?

b) Quem são os interessados a requererem a referida medida?

02) A empresa X (propriedade de uma certa sociedade empresária) do ramo de insumos e equipamentos agrícolas realizou a venda de máquinas, adubos e defensivos para o Sr. Antônio José, considerado o maior produtor rural da região, que ofereceu em pagamento pela compra realizada cheques pré-datados. Entretanto, a crise que atingiu o setor agrícola do país alcançou o Sr. Antônio José, e os referidos



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

títulos de crédito oferecidos em pagamento à empresa, quando apresentados, foram devolvidos por insuficiência de fundos. O proprietário da empresa X, temendo o pior, resolveu acompanhar de perto a situação do Sr. Antônio. Ao realizar a referida verificação, descobriu que o Sr. Antônio José havia se separado recentemente de sua esposa, e na separação consensual todo o patrimônio do casal, inclusive o maquinário adquirido da empresa, ficou com o cônjuge virago. Além disso, constatou-se também que o Sr. Antônio José, antes de separar-se de sua esposa, foi citado em uma ação de execução proposta pela empresa Y (propriedade de uma outra sociedade empresária, que não é mesma mencionado ao início, como sendo dona da empresa X), mas não havia pago o débito executado, nem nomeado bens à penhora. Percebendo a manobra adotada pelo Sr. Antônio José, as empresas X e Y resolveram constituir o(a) mesmo(a) advogado(a), para consulta-lo(a). Na condição do(a) causídico(a) consultado(a) pelas empresas, responda de forma fundamentada e citando o(s) dispositivo(s) legal(is) se houver(em), às seguintes questões:

a) Existe alguma medida judicial cabível a ser adotada pela empresa X? Havendo, qual será a medida a ser proposta e quem deverá figurar no pólo passivo?

b) Existe alguma medida judicial cabível a ser adotada pela empresa Y? Havendo, qual será a medida a ser proposta e quem deverá figurar no pólo passivo?

03) Aquiles, Garibaldi, Nero e Agamenon, amigos de longa data, reuniram-se e adquiriram uma casa em uma praia. Eles estabeleceram que, desde a aquisição, todas as despesas de manutenção e investimento no referido imóvel seriam partilhadas igualmente entre os proprietários. Preocupados com a segurança do imóvel face à ausência de morador, resolveram adquirir um cão de guarda. Após passarem reunidos o feriado de 7 de setembro na mencionada casa, os proprietários esqueceram de trancar o portão quando do retorno



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

para suas residências. No dia seguinte, foram informados que o referido cachorro havia invadido a casa vizinha e estragado toda a

mobília da varanda, as plantas, aparelhagem de som e vídeo, com o prejuízo estimado em R\$ 40.00,00 (quarenta mil reais). Ao saber do fato, Aquiles, que tinha apenas um filho mas não era casado, de tão assustado acabou falecendo. O vizinho que sofreu os prejuízos resolveu constituir um(a) advogado(a) para consultar sobre o ocorrido. Na condição do(a) advogado(a) consultado(a) pelo vizinho, responda, de forma fundamentada, citando o(s) artigo(s) correspondente(s) se houver(em), às seguintes indagações:

a) O vizinho pode ingressar com ação de indenização, cobrando todo o montante do prejuízo apenas em face do Espólio de Aquiles, representado por seu único herdeiro?

b) Como o vizinho poderia agir para evitar a cobrança do débito ou minimiza-lo em relação ao Espólio de Aquiles e caso exista(m) meio(s), como ficará a cobrança da indenização perante o Espólio de Aquiles e os outros três sócios?

04) Agripino, em razão de compromissos profissionais, teve que se ausentar de Goiânia por um período de seis meses. O seu único bem, um automóvel considerado relíquia, pois pertenceu a seu avô, foi deixado na garagem de seu Tônico, cabendo a este apenas guardar o referido bem, que recebeu antecipadamente, em contrapartida, a quantia de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A referida situação foi devidamente acordada por escrito. Vencido o período de seis meses, com o retorno de Agripino a Goiânia, seu Tônico não quis devolver o referido bem, mas continuou zelando pela conservação do veículo. Indignado, Agripino resolveu constituir um(a) advogado(a) para ingressar com a competente medida judicial. Na condição de advogado(a) constituído(a) para patrocinar a referida demanda, elabore a peça processual cabível e mais adequada ao caso exposto, mencionando os dispositivos legais.

BOA PROVA!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 18 DE SETEMBRO DE 2005

DIREITO COMERCIAL

QUESTÃO 01

JOÃO PAULO DE SOUZA, proprietário do SUPERMERCADO BONANZA, sito em Goiânia – GO, enfrentando séria crise econômico-financeira, e, convicto de que não pode atender aos requisitos para pleitear sua recuperação judicial deverá requerer falência em Juízo. Na condição de advogado contratado para tal mister, elaborar a petição com todos os requisitos pertinentes, na conformidade do disposto na Lei 11.101/05 e obedecendo aos preceitos do artigo 282 do CPC.

QUESTÃO 02

Qual é o prazo de decadência do direito de se anular a constituição de uma SOCIEDADE, (pessoa jurídica de direito privado), por defeito do ato respectivo e qual o início de contagem desse prazo. Responder fundamentando legalmente.

QUESTÃO 03

No tocante a atos efetivados antes da Falência, sabe-se que são revogáveis aqueles praticados com a intenção de prejudicar credores mediante comprovação de conluio fraudulento entre devedor e terceiro. Pergunta-se: quem tem legitimidade para propor a respectiva ação revocatória e qual o prazo de interposição da medida? Fundamentar.

QUESTÃO 04

Fixada a data de 28 de setembro de 2.005, às 10,00 horas, para a realização da Assembléia-Geral de Credores, regularmente convocada, para tratar da recuperação judicial e/ou falência da sociedade empresária MASTER – Cia.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

de Comunicação, dois grandes credores, através de medida cautelar, requereram no Juízo competente, a concessão de liminar visando a suspensão da referida assembléia, em face de pendência de discussão acerca da classificação de créditos ainda indefinida. Pergunta-se: Pode o Juiz deferir a pretendida liminar? Fundamentar a questão legalmente.

BOA PROVA!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 18 DE SETEMBRO DE 2005

DIREITO PENAL E PROCESSO PENAL

1. O Funcionalismo de ROXIN, como teoria, indica que o crime passa a ser visto como uma conduta típica, antijurídica, culpável e responsável. Explique o que significa o responsável de acordo com esta doutrina. Exemplifique.
2. Paulo está sendo sujeito de persecução penal por haver caluniado Maria, imputando-lhe a prática do delito de adultério. Em razão da modificação da legislação que aboliu o crime de adultério você foi procurado para uma consulta. Exponha ao seu cliente motivos que justifiquem afirmar que inexistente delito e os motivos que legitimam a afirmação que existe crime remanescente.
3. O que é recusa peremptória e qual seu procedimento?



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

4. Paulo, pessoa rica que reside em uma mansão (de sua propriedade) localizada em bairro nobre da Capital de Goiás, Goiânia, foi em um potente automóvel Porsche ao escritório de João, um

senhor respeitável de 63 anos e lá chegando o persuadiu a comprar títulos da dívida pública que o primeiro sabia ser falso. João encantado com a possibilidade de lucro comprou os títulos e amargou sério prejuízo. Após o Ministério Público haver denunciado Paulo pelo crime de estelionato perante a 1ª Vara Criminal de Manaus, Amazonas, este começa a vender seus bens. Preocupado com tal fato João lhe procura pedindo que tome providências.

Elabore a peça pertinente juntado a ela a competente procuração.

BOA PROVA!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 18 DE SETEMBRO DE 2005

DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO

Questão de nº 01

Cristina da Silva, brasileira, solteira, residente e domiciliada em Goiânia, no Setor Jardim Planalto, na Rua 01, nº 06, portadora da CTPS de nº 000-01 e CPF nº 000.000.000-01 iniciou seu contrato de trabalho com a empresa de prestação de serviços SERVBRAS (sediada em Goiânia-GO, na rua 10, nº 11, Centro) em 09.07.1995, para exercer a função de copeira. A remuneração inicial, era de R\$ 180,00, sendo que a partir de 01/01/2001 passou a ser de R\$ 300,00.

No entanto, sem ser previamente avisada, em 16/10/2003 teve seu contrato injustamente rescindido. Nesta ocasião recebeu apenas o valor referente ao saldo de salário.

Desde o início do pacto laboral a Senhora Cristina, por determinação da empresa, laborava das 8:00 hs às 18:00 hs, tendo uma hora livre para o almoço, jamais gozou férias, não recebeu horas extras e, ainda, os depósitos do percentual referente ao FGTS não foram efetuados em sua conta vinculada.

Cumprir dizer, que a empresa não formulou nenhuma proposta de acordo na audiência realizada em 05/09/2005 perante a Comissão de Conciliação Prévia.

Durante o período do vínculo prestou serviço para nos seguintes locais:



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

1º - na sede da **Escola Estadual Araguaia**, em Goiânia, desde a data do início do vínculo até 15/07/2002;

2º - na sede do **Ministério Público Federal**, em Goiânia, desde 16/07/2002 até a data da rescisão contratual.

Elabore a petição inicial, endereçada ao juízo competente reclamando **APENAS** parcelas ou verbas **IMPRESCRITAS**.

OBS. Os valores reclamados podem ser estimados, pois o tempo da prova não é suficiente para a elaboração de cálculo.

Questão de nº 02

José do Ribamar, jogador de futebol, foi até o seu escritório e lhe fez a seguinte indagação: as verbas oriundas do direito de arena integram ou não o salário para todos os efeitos legais?

Responda fundamentadamente o questionamento do jogador, esclarecendo o que é direito de arena. Comente, ainda, se a Justiça do Trabalho é ou não competente para julgar as questões referentes a este direito. Caso existam divergências doutrinárias ou jurisprudenciais comente-as, citando inclusive o posicionamento do Colendo TST.

Questão de nº 03

A suspensão da contagem de prescrição dos direitos de um empregado que desenvolveu doença mental conta-se a partir do momento da interdição judicial ou da detecção da enfermidade? Fundamente a resposta não deixando de comentar o entendimento do Colendo TST sobre este assunto.

Questão de nº 04

Os trabalhadores **não** sindicalizados podem ser forçados ao recolhimento de contribuição, estabelecida em cláusula de acordo ou



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

convenção coletiva, em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial ou fortalecimento sindical? Fundamente a resposta, não deixando de comentar o entendimento do TST sobre esta questão

BOA PROVA!



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
"Casa do Advogado Jorge Jungmann"

COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM

PROVA PRÁTICO-PROFISSIONAL – 18 DE SETEMBRO DE 2005

DIREITO TRIBUTÁRIO

QUESTÃO 01:

Em Goiás, a exemplo do que ocorreu em alguns Estados, o Governo instituiu, através de lei, o "depósito recursal". Este expediente significa que, para aceitação das razões de recurso, na esfera administrativa, o contribuinte autuado deve recolher a importância previamente definida como depósito recursal.

A sociedade empresária PRODUTOS ESTÉTICOS LTDA, autuada em Goiás, para recolhimento de ICMS, e não tendo obtido êxito em suas razões de impugnação, em primeira instância, pretende interpor o recurso voluntário cabível. Contudo, em razão do disposto na norma que instituiu o depósito lhe foi exigido como condição de admissibilidade do recurso a comprovação do depósito prévio.

Faça a petição inicial para a propositura da ação cabível com a finalidade de obter medida judicial para interpor o recurso com a dispensa do depósito recursal.

QUESTÃO 02:

Considerando o disposto no art. 178 do CTN, de que forma se dá a extinção da isenção concedida por prazo certo em sob determinadas condições?

QUESTÃO 03:

Esclareça o disposto no art 169 do CTN, quanto ao início da contagem do prazo prescricional.



Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Goiás
“Casa do Advogado Jorge Jungmann”

QUESTÃO 04:

A União, mediante convênio com prazo de duração de dois anos, delegou ao Estado de Goiás a competência para fiscalizar e arrecadar o IPI. Essa delegação abrange inclusive a autuação e julgamento dos processos administrativos tributários instaurados para esse fim. Pode a União cancelar essa delegação antes do término do prazo fixado? Justifique.

BOA PROVA!